

## PREFÁCIO

O Conselho Económico e Social tem, entre muitas outras, a particular incumbência de contribuir para a formação e consolidação de um verdadeiro espaço público nacional. Por razões diversas, entre as quais avulta a nossa ainda escassa tradição democrática, temo-nos deparado historicamente com a dificuldade em assegurar uma adequada articulação entre a sociedade civil e as instituições estatais. Desse infortúnio resultam várias consequências negativas que são por demais conhecidas: rarefação do debate, excessiva corporativização das discussões temáticas, degradação da qualidade do processo deliberativo e desvalorização do próprio conceito de cidadania. Tudo o que possa contrariar esta situação deve ser feito sem demoras.

O CES pela sua natureza e constituição tem o privilégio de acolher no seu seio múltiplos segmentos da sociedade civil e dispõe da faculdade de promover reflexões participadas sobre temas de importância para a sociedade portuguesa. Dada a diversidade de instituições e personalidades que integram o plenário deste órgão constitucional, está à partida garantido o respeito pelo pluralismo das opiniões no processo de discussão. Para que esta seja séria e profícua impõe-se o recurso ao contributo de todas e todos quantos possam concorrer para a sua valorização. O país dispõe de centros de investi-

gação de alto nível e de pessoas muito habilitadas em diferentes áreas, pelo que não é difícil recolher conhecimento, inteligência aplicada e reflexão autónoma. Já não é tão fácil projetar tudo isso no campo do debate político democrático. É essa a nossa principal tarefa.

O tema da evolução demográfica adquiriu uma importância universal no tempo que atravessamos e tem sido objeto de múltiplas abordagens subordinadas a diferentes prismas analíticos. No nosso país temos um dramático problema no domínio da natalidade. É impossível pensarmos o nosso futuro coletivo sem começarmos por estudar e debater esta questão. Daí que nos tivéssemos proposto levar a cabo a elaboração de um parecer sobre o assunto. Tomada a decisão solicitei à Conselheira Ana Drago, personalidade publicamente reconhecida pela qualidade da sua intervenção cívica, que coordenasse o processo de construção do referido parecer. Não poderíamos ter feito escolha mais acertada. Ao longo de muitos meses, com uma dedicação que é imperioso enaltecer, a Conselheira Ana Drago coordenou um grupo de invulgar qualidade que produziu um trabalho que obteve um amplo reconhecimento no plenário do Conselho Económico e Social. É esse trabalho que trazemos agora a público no intuito de fomentar uma inadiável discussão sobre um dos grandes temas do presente e do futuro.

FRANCISCO ASSIS

*Presidente do Conselho Económico e Social*

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Conselho Económico e Social tem vindo a desenvolver um debate alargado em torno dos desafios demográficos que se colocam à sociedade portuguesa. No novo século e, muito em particular, ao longo da última década, os indicadores relativos à natalidade da população residente em território nacional apontam transformações relevantes na estrutura etária da população. Os efeitos conjugados da redução das taxas de natalidade, do aumento da esperança média de vida e o conseqüente envelhecimento da população levantam questões pertinentes – as políticas públicas do futuro terão que ser capazes de lidar com novas necessidades e, em particular, o sistema de solidariedade intergeracional de pensões surge-nos como que desafiado por estes desenvolvimentos.

Neste contexto, a natalidade e a sua redução significativa ao longo dos últimos anos merece-nos neste relatório uma reflexão mais detalhada. Os dados recentemente divulgados do Inquérito à Fecundidade de 2019 (INE, 2020) realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicavam que cerca de 42% das mulheres entre os 18 e os 49 anos não tinham filhos/as; o mesmo acontecia para quase 54% dos homens entre os 18 e os 54 anos (INE, 2020: 1). Na compa-

ração com o Inquérito à Fecundidade que havia sido realizado em 2013 (INE, 2014), estes valores apontam duas tendências que merecem reflexão. Em primeiro lugar, apesar da taxa de natalidade bruta ter recuperado em relação aos mínimos históricos atingidos em 2013 e 2014, há uma tendência de redução do número de nascimentos que marca todo o novo século e que é particularmente expressiva na última década. Em segundo lugar, essa redução da natalidade assume um viés geracional relevante – em 2019, no escalão etário entre os 18 e 29 anos, cerca de 93% das mulheres e mais 97% dos homens não tinham descendentes.

O presente relatório pretende contribuir para a discussão pública sobre estes dados e os desafios que colocam às políticas públicas. Assim, ao longo das próximas páginas procuramos sistematizar a reflexão que o CES tem vindo a fazer em torno das questões da natalidade e elencar um conjunto de recomendações políticas que possam responder a esse desafio.

Como sabemos, a questão do apoio à natalidade não apela a uma política; exige várias políticas coerentemente articuladas entre si. As escolhas em matéria de natalidade chamam a jogo diferentes dimensões da vida societária – valores e projetos de vida; trabalho e rendimentos; encargos com os cuidados aos filhos e filhas e a repartição desse trabalho entre progenitores; acesso a habitação, educação e saúde; políticas e serviços de apoio à família. Assim, a discussão pública em torno do apoio à natalidade convoca necessariamente as diferentes políticas públicas que condicionam as escolhas de homens e de mulheres em Portugal quer em relação à decisão de ter filhos/as, quer ao número de filhos/as que desejam ter.

Uma estratégia para a natalidade deve conseguir integrar e tornar coerentes estas diferentes políticas. Para dis-

cutir o que pode ser uma política pública de apoio e fomento à natalidade, organizamos este relatório em duas etapas, sequenciais. Num primeiro momento, procuramos sumariamente dar conta da evolução dos indicadores da natalidade em Portugal, tendo como pano de fundo a evolução da sociedade portuguesa ao longo do seu período democrático e olhando em particular as últimas duas décadas. Nesse quadro analítico procuramos igualmente, quando nos pareceu útil, fazer alguns exercícios comparativos com a evolução da natalidade noutros países europeus de modo a aferir as especificidades dos desafios que se colocam à sociedade portuguesa. Num segundo momento, examinamos com maior detalhe as diferentes dimensões sociais que são identificadas como obstáculos e dimensões relevantes de apoio às escolhas parentais de homens e de mulheres. Aqui, procurando uma orientação mais propositiva, tentamos identificar dimensões e instrumentos políticos tidos como centrais para as decisões de natalidade de quem vive em Portugal.

Este trabalho de reflexão do CES sustentou-se, fundamentalmente, na informação estatística disponível e na riqueza dos estudos relativos às atitudes em matéria de fecundidade que o INE disponibiliza, através dos inquéritos relativos à fecundidade de 2013 e 2019. O Conselho Económico e Social não é, infelizmente, dotado de uma estrutura técnica que permita a realização de estudos mais aprofundados, os quais poderiam informar e beneficiar as discussões tidas entre as e os membros do seu Plenário. A abordagem seguida procurou, assim, fazer valer os saberes dos diferentes elementos do Grupo de Trabalho sobre Natalidade e das organizações sociais que representam. E procurou apoiar-se igualmente na reflexão de múltiplos/as especialistas e de académicos/as que ao longo dos anos têm trabalhado sobre estas matérias e

que, durante a preparação deste relatório, tiveram a generosidade partilhar o seu conhecimento e reflexão com o CES sobre natalidade. Sem estes e estas, este relatório do CES não seria possível.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O Grupo de Trabalho sobre Natalidade agradece a Alda Azevedo, Bárbara Canijo, Jorge Malheiros, José Maria Castro Caldas, Karin Wall, Lara Tavares, Luís Mendes, Maria Clara Murteira, Maria do Céu da Cunha Rêgo, Maria João Valente Rosa, Rita Reis, Simone Tulumello, Vanessa Cunha, Viriato Soromenho-Marques, à Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, à Associação Projeto Ruído e ao Observatório das Famílias e das Políticas de Família pelos seus contributos para este Relatório e à Fundação Calouste Gulbenkian pela disponibilização do “Estudo sobre o salário médio em Portugal: Retrato actual e evolução recente”.

## ÍNDICE

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	7
UM DIAGNÓSTICO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA NATALIDADE	11
A Redução da Natalidade no Novo Século	12
EIXO 1 – MERCADO DE TRABALHO, PRECARIIDADE E DESIGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS	25
1.1. Portugal: a precarização generalizada de trabalhadores/as nos escalões etários que entraram no mercado de trabalho nas últimas duas décadas	26
1.2. Horas e Horários de trabalho (remunerado)	29
1.3. Desigualdades entre homens e mulheres nas relações de trabalho	30
Recomendações: Direitos Laborais e Contratação e Negociação Coletiva	37
EIXO 2 – RENDIMENTOS: ESTAGNAÇÃO SALARIAL, PERDA SALARIAL DAS NOVAS GERAÇÕES E DESIGUALDADES SALARIAIS ENTRE MULHERES E HOMENS	39
2.1. Rendimentos: duas décadas de perda e estagnação salarial	39
2.2. Desigualdades salariais entre homens e mulheres	45
Recomendações: valorização salarial e eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres	48

EIXO 3 – POLÍTICAS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E À PROMOÇÃO DA IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS	
NA REPARTIÇÃO DO CUIDADO	51
3.1. Licenças Parentais: usos e partilhas	54
3.2. Serviços de apoio às famílias	63
3.3. Prestações Sociais e Incentivos Financeiros: abono de família e “cheque-bebé”	65
Abono de família	65
Abono de família: alterações recentes	66
Apoios pecuniários regulares: pouca evidência empírica de grandes sucessos	67
Incentivos financeiros após parto ou “cheque-bebé”	68
Recomendações: políticas integradas de apoio à família	70
EIXO 4 – POLÍTICAS SOCIAIS: COMBATE À POBREZA, HABITAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO	73
4.1. Famílias com crianças e políticas de combate à pobreza	73
4.2. Políticas de habitação	76
4.3. Políticas de Saúde	80
4.4. Outras Políticas Sociais	81
Recomendações: políticas de combate à pobreza e promoção do acesso à habitação e saúde	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
DECLARAÇÕES DE VOTO	91
Declaração de voto da CGTP-IN	91